



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Apelação Criminal nº: 0001090-79.2004.8.17.0640 (0201175-0)  
Comarca: Garanhuns  
Juízo: 2ª Vara  
Apelante: Tibério Henrique Bello Mota de Queiroz  
Apelado: Ministério Público de Pernambuco  
Relator: Fausto Campos  
Procurador de Justiça: Gerusa Torres de Lima  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

**EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PORTE DE ARMA. ABSOLVIÇÃO. *IN DUBIO PRO REU*. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA. REDUÇÃO DA PENA BASE. ACOLHIMENTO. EX OFFICIO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE PELA RESTRITIVA DE DIREITOS. POSSIBILIDADE. UNANIMIDADE.**

1. A materialidade delitiva restou demonstrada no auto de apresentação e apreensão (fls.12), comprovando, inclusive a eficácia da arma para a realização de disparos (fls. 108/111). A autoria, comprovada, da análise das provas deponenciais colhidas em juízo e na presença da autoridade policial e do próprio termo de interrogatório do acusado.
2. No que diz respeito à dosimetria da pena, entendo que o julgador procedeu à análise das circunstâncias judiciais de forma genérica. No tocante aos antecedentes criminais, é cediço que considerar como maus antecedentes a existência de inquéritos ou processos em curso, antes do trânsito em julgado da sentença, afronta o princípio do *in dubio pro reu*.
3. Uma vez reduzida a pena, de ofício, verifico a possibilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos nos moldes do art. 44, incisos I, II e III, do Código Penal.
4. Apelo parcialmente provido. Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal, em que figuram como partes as acima mencionadas. ACORDAM os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão realizada em 13 de maio de 2014, por unanimidade, em dar parcial provimento ao apelo e, de ofício, determinar a substituição da pena restritiva de liberdade por restritiva de direito, tudo de acordo com o relatório, votos e notas taquigráficas que passam a integrar este aresto.

Recife, 30 de maio de 2014.

Des. Fausto Campos - Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS**



**Apelação Criminal nº:** 0001090-79.2004.8.17.0640 (0201175-0)  
**Comarca:** Garanhuns  
**Juízo:** 2ª Vara  
**Apelante:** Tibério Henrique Bello Mota de Queiroz  
**Apelado:** Ministério Público de Pernambuco  
**Relator:** Fausto Campos  
**Procurador de Justiça:** Gersa Torres de Lima  
**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Apelação Criminal Interposta por Tibério Henrique Bello Mota, contra a sentença prolatada pelo Juiz da comarca de Garanhuns (fls. 177/181) que o condenou pela prática do crime previsto no art. 14 da Lei 10.826/2003, à pena de 03 (três) anos de reclusão, em regime aberto, e 50 (cinquenta) dias multa.

No recurso de fls. 186/188, aduz que levando em consideração o depoimento do Apelante em juízo, no qual nega que a arma seja sua, deve ser respeitado o princípio do in dubio pro reu ou caso contrário, observando que o recorrente é tecnicamente primário, deve ser a pena fixada no mínimo legal.

Contra-razões às fls. 192/193, em que o Ministério Público requer o desprovemento do recurso, mantendo-se a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.

A Procuradoria de Justiça, às fls. 202/205, em parecer da lavra do Dra. Gersa Torres de Lima, opina pelo provimento parcial do recurso, para que seja a pena-base fixada no mínimo legal e seja substituída a pena privativa de liberdade pela restritiva de direito.

É o Relatório.

À douta revisão.

Recife, 07 de *junil* de 2014.

**Des. Fausto Campos**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

254

Apelação Criminal nº: 0001090-79.2004.8.17.0640 (0201175-0)  
Comarca: Garanhuns  
Juízo: 2ª Vara  
Apelante: Tibério Henrique Bello Mota de Queiroz  
Apelado: Ministério Público de Pernambuco  
Relator: Fausto Campos  
Procurador de Justiça: Gerusa Torres de Lima  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

**VOTO**

Consta dos autos que, no dia 07 de Março de 2004, por volta das 09h40, no Pólo Hellópolis, Garanhuns, o acusado fora preso e autuado em flagrante, após ser encontrado dentro de seu veículo, um revólver marca Rossi, calibre 38, oxidado, cabo de madeira, nº de série 196444, sem que o autuado possua o competente porte legal.

O acusado informa que adquiriu a arma apreendida da pessoa conhecida por Celso, pagando pela mesma a quantia de R\$ 100,00.

Verifico que não merece reforma a respeitável decisão do magistrado *a quo*, porquanto se encontra condizente com o acervo probatório constante no caderno processual, além do que foi a pena fixada num patamar razoável.

A materialidade delitiva restou demonstrada no auto de apresentação e apreensão (fls. 12) do revólver ROSSI, calibre 38, oxidado, cano curto, capacidade para 05 (cinco) disparos, nº 196444, acompanhado de 01 (um) cartucho intacto de igual calibre da arma, encontrado na posse do acusado, como também através da perícia balística (Fls. 108/111) que comprova a eficácia da arma para a realização de disparos.

A autoria igualmente foi comprovada, da análise das provas deponenciais colhidas em juízo e na presença da autoridade policial, bem como da análise do próprio termo de Interrogatório do acusado.

As testemunhas arroladas pelo Ministério Público confirmaram os fatos narrados na denúncia, conforme se depreende dos depoimentos das testemunhas Anny Rafaely dos Santos, Gileno Costa Bezerra e Edson Cavalcante de Paes (fls. 08/09 e fls. 67/68), transcritos abaixo:

"Que estava presente no local, no momento da abordagem do acusado, pois estava acompanhando o mesmo; que não havia notado

2



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

---

que acusado estava com a arma de fogo; que a polícia fez uma revista no carro e também no acusado, encontrando a arma de fogo dentro do carro (...); que o acusado disse aos policiais que tinha comprado a arma de fogo; que o acusado informou que comprou a arma de Celso, em razão de uma dívida e a arma foi dada como pagamento (...)" (Anny Rafaely dos Santos - fl. 67).

"Que o depoente é policial e participou apenas da condução do acusado até a Delegacia de Polícia (...); que a informação que obteve foi que a arma estava no cofre do carro do carro (...)" (Gileno Costa Bezerra - Fl. 68)

"Que estava presente no local, no momento em que o acusado foi preso; que a polícia revistou o carro, encontrou a arma e a mostrou ao depoente; que não sabe informar se a arma estava municiada (...)" (Edson Cavalcanti Paes - fls. 68)

Assim, o princípio do *in dubio pro reu* só deve ser aplicado quando não existirem provas cabais acerca da materialidade e da autoria delitiva, o que *in casu* não ocorreu, pois restou demonstrado, de fato, que o réu portava ilegalmente arma de fogo.

No que diz respeito à dosimetria da pena, entendo que o julgador procedeu à análise das circunstâncias judiciais de forma genérica, não observando o que preceitua o art. 93, IX, da CF. Explico.

Quanto à culpabilidade, o magistrado apenas menciona que o recorrente compreendia a ilicitude e circunstâncias do fato, mas não dá elementos que justificassem uma maior reprovação do comportamento do agente.

No tocante aos antecedentes criminais, é cediço que considerar como maus antecedentes a existência de inquéritos ou processos em curso, antes do trânsito em julgado da sentença, afronta o princípio do *in dubio pro reu*, pelo que entendo não possa tal circunstância ser considerada desfavorável.

Quanto à conduta social, o sentenciante apenas afirma que há no processo dados suficientes para concluir que a conduta social do réu mantém-se fora dos padrões sociais.

Por fim, quanto aos motivos do crime, alega o magistrado que nada há de favorecer o réu e diz que o motivo do crime foi portar, de forma ilegal, arma de fogo. Acontece que isso, em nada se confunde com os motivos, que seriam os fatores psíquicos que levam a pessoa a praticar a contravenção penal.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

255

Quanto à personalidade, às circunstâncias do crime e ao comportamento da vítima, verifico que estas, expressamente, não desfavoreceram o recorrente.

Desse modo, reconhecendo que só a circunstância das consequências do crime foi fundamentada como desfavorável ao Apelante, reduzo a pena base aplicada em 06 (seis) meses.

Assim, à míngua de circunstâncias agravantes, atenuantes e de causas de aumento e diminuição da pena, torno-a definitiva em **02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 040 (quarenta) dias-multa.**

Apesar de não ter sido abordado nas razões recursais, verifico, de ofício, a possibilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos nos moldes do art. 44, incisos I, II e III, do Código Penal, haja vista que a pena aplicada não é superior a 04 (quatro) anos, o crime não foi cometido com violência à pessoa ou grave ameaça, não ser o réu reincidente em crime doloso e as circunstâncias judiciais não serem desfavoráveis ao recorrente.

Ante o exposto, voto pelo provimento parcial do apelo, para mantendo a condenação, reduzir a pena base aplicada ao recorrente para **02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 040 (quarenta) dias-multa** e, de ofício, substituir a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direito, mantendo a sentença em seus demais termos.

É o voto.

Recife, *16 de Maio* de 2014.

Des. Fausto Campos  
Relator



236

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-60  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**APELAÇÃO Nº 0201175-0**

**JUÍZO: 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GARANHUNS-PE**

**APELANTE: TIBÉRIO HENRIQUE BELLO MOTA DE QUEIROZ**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**PROCURADORA: GERUSA TORRES DE LIMA**

**RELATOR: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS**

**REVISOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**

**VOTO DE REVISÃO**

Cuida-se de recurso de apelação interposto, tempestivamente por Tibério Henrique Bello Mota de Queiroz pois fora preso e condenado por porte ilegal de arma.

Observo que não merece reforma a respeitável decisão do magistrado de 1º grau, porquanto se encontra condizente com o acervo probatório constante no processo, além do que foi a pena fixada num patamar razoável.

A materialidade delitiva restou demonstrada no auto de apresentação e apreensão (fls. 12) do revólver ROSSI, calibre 38, oxidado, cano curto, capacidade para 05 (cinco) disparos, nº 196444, acompanhado de 01 (um) cartucho intacto de igual calibre da arma, encontrado na posse do acusado, como também através da perícia balística (Fls. 108/111) que comprova a eficácia da arma para a realização de disparos.

A autoria igualmente foi comprovada, da análise das provas e depoimentos colhidos em juízo e na presença da autoridade policial, bem como da análise do próprio termo de interrogatório do acusado.

As testemunhas arroladas pelo Ministério Público confirmaram os fatos narrados na denúncia.

Constata-se que o princípio do *in dubio pro réu* só deve ser aplicado quando não existirem provas cabais acerca da materialidade e da autoria delitiva, o que *in casu* não ocorreu, **pois restou demonstrado, de fato, que o réu portava ilegalmente arma de fogo.**

Em relação à dosimetria da pena, entendo que o julgador procedeu à análise das circunstâncias judiciais de forma genérica, não observando o que preceitua o art. 93, IX, da CF. Explico.

Em relação à culpabilidade, o magistrado apenas menciona que o recorrente compreendia a ilicitude e circunstâncias do fato, mas não dá elementos que justificassem uma maior reprovação do comportamento do agente.

Já no que diz respeito aos antecedentes criminais, considerar como maus antecedentes a existência de inquéritos ou processos em curso,



237

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-60  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**APELAÇÃO Nº 0201175-0**

**JUÍZO: 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GARANHUNS-PE**

**APELANTE: TIBÉRIO HENRIQUE BELLO MOTA DE QUEIROZ**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**PROCURADORA: GERUSA TORRES DE LIMA**

**RELATOR: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS**

**REVISOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**

antes do trânsito em julgado da sentença, afronta o princípio do *in dubio pro reu*, pelo que entendo não possa tal circunstância ser considerada desfavorável.

Quanto à conduta social, o sentenciante apenas afirma que há no processo dados suficientes para concluir que a conduta social do réu mantém-se fora dos padrões sociais.

Finalmente, quanto aos motivos do crime, alega o magistrado que nada há de favorecer o réu e diz que o motivo do crime foi portar, de forma ilegal, arma de fogo. No entanto, isso, em nada se confunde com os motivos, que seriam os fatores psíquicos que levam a pessoa a praticar a contravenção penal.

Quanto à personalidade, às circunstâncias do crime e ao comportamento da vítima, verifico que estas, expressamente, não desfavoreceram o recorrente.

**Desse modo, reconhecendo que só a circunstância das consequências do crime foi fundamentada como desfavorável ao Apelante, reduz a pena base aplicada em 06 (seis) meses.**

**Assim, à míngua de circunstâncias agravantes, atenuantes e de causas de aumento e diminuição da pena, torno- a definitiva em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa.**

Apesar de não ter sido abordado nas razões recursais, verifico, de ofício, a possibilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos nos moldes do art. 44, incisos I, II e III, do Código Penal, haja vista que a pena aplicada não é superior a 04 (quatro) anos, o crime não foi cometido com violência à pessoa ou grave ameaça, não ser o réu reincidente em crime doloso e as circunstâncias judiciais não serem desfavoráveis ao recorrente.

**Ante o exposto, em consonância com o Parecer da procuradoria de Justiça voto pelo provimento parcial do apelo, para mantendo a condenação, reduzir a pena base aplicada ao recorrente para 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa e, de ofício, substituir a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direito, mantendo a sentença em seus demais termos.**

**É como voto.**

Recife, 13 de maio de 2014

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
Revisor